



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

01017

DECRETO Nº 6947

Aprova o Regulamento do
Treinamento Municipal e dá outras
providências.

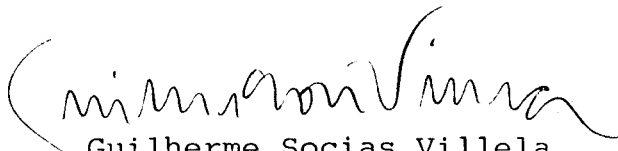
O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de
suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Art. 1º - É aprovado o Regulamento do Treinamento
Municipal, anexo ao presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 28 de
setembro de 1979.


Guilherme Socias Villela,
Prefeito.

Carlos Alberto do Amaral,
Secretário Municipal de Administração.

Registre-se e publique-se

Roberto Eduardo Xavier,
Secretário do Governo Municipal.

Proc. nº 23.517/78

/rcs



ANEXO AO DECRETO Nº 6977 , DE 28 DE SETEMBRO 1979.

REGULAMENTO DO TREINAMENTO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - O treinamento tem por finalidade promover o desenvolvimento humano e profissional dos servidores municipais.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - Em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 4217, de 27 de outubro de 1970, o treinamento dos servidores municipais objetiva:

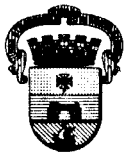
- I - o desenvolvimento de habilidades que visem a auto-realização, capacitação profissional e elevação do nível de desempenho dos servidores;
- II - aproveitamento dos servidores em postos de chefia;
- III - ajustamento ao ambiente de trabalho e convívio coerente com superiores e colegas de serviço.

CAPÍTULO III

DOS CURSOS

Art. 3º - Os cursos deverão desenvolver conteúdos que atendam especificamente as necessidades dos serviços municipais.

.



Art. 4º - O treinamento compreenderá cursos de capacitação e desenvolvimento.

§ 1º - Os cursos de capacitação visam o aprimoramento de habilidades próprias ao desempenho das atribuições dos cargos ou funções que os servidores exercem.

§ 2º - Os cursos de desenvolvimento visam preparar servidores para novas responsabilidades dentro da organização municipal.

Art. 5º - Sempre que a metodologia ou os conteúdos dos programáticos recomendarem, poderão ser desenvolvidos através de encontros, seminários, palestras, etc.

CAPÍTULO IV

DO RECRUTAMENTO

Art. 6º - Para as atividades de treinamento poderão ser recrutados funcionários detentores de cargos efetivos ou em comissão e servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º - O recrutamento para os cursos de capacitação será efetuado junto às classes de cargos e funções cujas atribuições se relacionem com o treinamento oferecido.

§ 2º - As vagas dos cursos de desenvolvimento serão ocupadas por servidores indicados pelas chefias das repartições municipais.

Art. 7º - O recrutamento dos servidores poderá ser feito através do Boletim de Pessoal ou expediente enviado aos órgãos municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

3

CAPÍTULO V

DAS INSCRIÇÕES

Art. 8º - As inscrições aos cursos de treinamen
to serão facultativas ou procedidas "ex-officio".

Art. 9º - Fica estabelecido um prazo máximo de
sete (07) dias, a contar da publicação no Boletim de Pessoal
do curso instituído, para os servidores procederem às respec
tivas inscrições.

Art. 10 - Encerrado o prazo, somente serão pro
cedidas novas inscrições mediante autorização do Chefe da ATH-
USV.

CAPÍTULO VI

DA FREQUÊNCIA

Art. 11 - A frequência às aulas será facultada
somente aos servidores regularmente inscritos.

Art. 12 - Para os fins a que se destinam os cur
sos não haverá abono de faltas, salvo as ocorridas por motivo
legal ou moléstia comprovada pelo órgão de biometria municip
al.

Art. 13 - Para os efeitos de efetividade funcio
nal, ficarão os treinandos sujeitos ao que prescrevem os ter
mos da Lei Complementar nº 10, de 22.03.1974, sempre que os
cursos se desenvolverem em horário de expediente.

Art. 14 - A desistência da frequência aos cursos
será comunicada imediatamente e por escrito à chefia do trei
nando.

Art. 15 - A frequência às aulas será comunicada
periodicamente aos chefes imediatos dos treinandos.



CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 16 - A avaliação da aprendizagem terá presente os objetivos dos cursos e será realizada através de:

- I - observações e acompanhamento de trabalhos realizados que possibilitem uma avaliação gradual e cumulativa do treinando, ou
- II - testes, provas ou outros instrumentos de avaliação que determinem o domínio dos conteúdos desenvolvidos.

Parágrafo único - Consoante a natureza dos conteúdos programáticos ou a modalidade de treinamento, poderá ser prescindida a avaliação dos treinandos.

Art. 17 - Os resultados da avaliação serão expressos em notas, graduadas de zero a dez.

Art. 18 - A nota mínima de aprovação será cinco.

Art. 19 - Concluído o curso, a ATH-USV comunicará às chefias que tiverem servidores em treinamento, os conteúdos desenvolvidos e o aproveitamento dos treinandos.

Art. 20 - Visando avaliar a utilização dos conteúdos desenvolvidos durante os cursos, a ATH-USV promoverá, diretamente ou através de outros órgãos, o acompanhamento dos servidores treinados.

CAPÍTULO VIII

DOS CERTIFICADOS

Art. 21 - Os certificados dos cursos serão expedidos pela ATH-USV.

Art. 22 - Atendidas as exigências expressas nos artigos 18 e 23, os treinandos receberão os certificados de frequência e aproveitamento; satisfeita somente a exigência do artigo 23, será expedido apenas certificado de frequência.

.



.

5

Art. 23 - Serão conferidos certificados aos trei
nandos que tiverem, por disciplina, no mínimo, 80% de freqüên
cia às aulas efetivamente ministradas.

Parágrafo único - Dependendo da natureza do cur
so, o percentual aludido neste artigo poderá ser alterado, na
forma estabelecida no respectivo projeto.

CAPÍTULO IX

DOS INSTRUTORES

Art. 24 - Serão recrutados preferentemente ins
trutores que tenham habilitação e experiência de ensino e sua
indicação será submetida à aprovação do Chefe da ATH-USV.

Art. 25 - Os instrutores serão remunerados pelas
aulas efetivamente ministradas.

Parágrafo único - Os valores relativos à remune
ração das atividades de treinamento serão fixados por instru
ção do Secretário Municipal de Administração.

Art. 26 - Incumbe aos instrutores:

- I - Participar de reuniões convocadas em função dos cursos;
- II - Apresentar os planos dos cursos e submetê-los à apreciação da Equipe de Orientação Pedagógica da ATH-USV;
- III - Solicitar com antecedência os recursos didáticos necessários ao eficiente desenvolvimento dos cur
sos;
- IV - Utilizar em aula metodologia e técnicas que le
vem a uma aprendizagem eficiente;
- V - Manter atualizados os registros de freqüên
cia dos treinandos e dos assuntos lecionados;
- VI - Avaliar o rendimento dos treinandos;

.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

.

6

- VII - Observar pontualmente o horário das aulas;
- VIII - Prevenir com antecipação mínima de 24 horas as ausências às aulas;
- IX - Manter em aula postura condizente com sua função.

CAPÍTULO X

DOS TREINANDOS

Art. 27 - Incumbe aos treinandos:

- I - Ser assíduo e pontual às aulas e cumprir integralmente seu horário;
- II - Participar ordenadamente das atividades desenvolvidas em aula;
- III - Realizar as tarefas propostas pelos instrutores ou Equipe de Orientação Pedagógica da ATH-USV;
- IV - Tratar com urbanidade instrutores, colegas e funcionários da ATH-USV;
- V - Comunicar por escrito o cancelamento da frequência ao curso em que estiver inscrito;
- VI - Acatar outras normas baixadas pela ATH-USV.

Art. 28 - Os treinandos serão dispensados do expediente, quando este coincidir com o horário dos cursos de treinamento.

Art. 29 - Mediante promoção do instrutor à Equipe de Orientação Pedagógica, os casos de indisciplina ou insubordinação serão submetidos ao Chefe da ATH-USV que, segundo a gravidade ou reincidência do ato, poderá aplicar pena de advertência e/ou encaminhará o expediente ao Coordenador da CDRHU sugerindo seja excluído do curso o treinando faltoso.

Art. 30 - Ficará impedido de frequentar cursos de capacitação e desenvolvimento, por um ano, o treinando que,

.



.

desistir do curso em que tenha sido inscrito sem solicitar o respectivo cancelamento ou que haja sido excluído por falta capitulada no art. 29.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 - Os casos omissos neste Regulamento se rão resolvidos pelo Supervisor da A-ST ou, se extrapolarem ao seu nível de competência, pela autoridade superior que a pos suir.

/rcs